

n. 149, maio 2014

Arrendamentos portuários – Licitações, proteção à concorrência e o direito dos arrendatários

Bernardo Strobel Guimarães, Mariana Almeida Kato

O microssistema de licitação ou contratação pública sustentável

Eduardo Fortunato Bim

Adjudicação por lote no Sistema de Registro de Preços

Flavia Daniel Vianna

Categoria: Artigos

Impedimentos à participação em licitações e contratos sujeitos ao RDC – Aplicação estrita ou extensiva de suas normas definidoras?

Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti

A polêmica do sigilo do orçamento estimado no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)

Maria Letícia Rodrigues Guimarães Araújo Resende

A pré-qualificação permanente no Regime Diferenciado de Contratações Públicas

Rodrigo Felipe Cusciano

Acordo de cooperação técnica: breve evolução histórica, fundamentação e benefícios para os entes envolvidos – Possibilidade jurídica

Napoleão Guimarães Neto

Adesão em ata e impedimento

Aditamento de contrato de quantitativos e valores estimados Superior Tribunal de Justiça

Recursos especiais – Ação movida por município – Liberação de verba federal objeto de contrato de repasse firmado com a União – Pavimentação de vias urbanas – Inscrição no SIAFI/CAUC – Obrigação de fazer – Art. 26 da Lei nº 10.522/2002 – Controvérsia sobre a abrangência do conceito de “ações sociais”

Tribunal de Contas da União

Pregão eletrônico – Indícios de irregularidade – Contratação de empresa para confecção e instalação de elementos de comunicação visual – Exigência de certificado de qualidade como condição habilitatória – Ilegalidade – Ausência de

**projeto a especificar os produtos a serem entregues –
Exigências econômico-financeiras desproporcionais –
Anulação do certame**

Tribunal de Contas da União

Prestação de serviço de natureza continuada – Ausência de interesse da contratada em prorrogar a avença – Dispensa de licitação para contratação de remanescente de obra – Continuidade do serviço – Economicidade – Aproveitamento indevido de certame licitatório – Inexistência de dano ao Erário – Determinação para que o órgão se abstenha de prorrogar o contrato

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Convênio – Perfuração de poços artesianos – Erros técnicos – Não atingimento do objetivo – Vazão de água fora da esperada – Ausência de apresentação de pesquisa geofísica pelo Município no projeto – Aprovação do financiamento pelo Ministério da Integração Nacional sem a exigência da pesquisa geofísica – Risco de insucesso natural e tecnicamente aceitável na obtenção de água – Improbidade administrativa – Não configuração – Realização do objeto do convênio

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Improbidade administrativa – Inexigibilidade de licitação – Art. 25, III, da Lei nº 8.666/93 – Contratação de show de artistas e bandas musicais em festividade – Inexigibilidade de licitação – Empresário exclusivo – Não comprovação – Ausência de carta de exclusividade de comercialização dos artistas por meio da empresa contratada

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Consulta – Contrato administrativo – Prorrogação dos prazos de execução e de vigência do contrato principal – Contrato de supervisão – Tratativa na prorrogação – Contrato acessório – Não sujeição do contrato de supervisão aos limites do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 – Prorrogação pelo tempo necessário a conclusão da obra supervisionada

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Consulta – Doação com encargos de terrenos públicos para viabilizar investimentos produtivos – Preferência pela concessão de direito real de uso sobre a doação com encargos – Necessidade de prévia licitação para ambas as hipóteses – Imprescindibilidade de políticas públicas orientando e garantindo o cumprimento do fim pretendido com o imóvel

CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

CONVÊNIO

ENTES PARCEIROS

LICITAÇÃO

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

LICITAÇÃO

Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 51)

Antônio Flávio de Oliveira

Informativo de Legislação